

Realização:



Co-organização:



VIII ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – VIRTUAL

3 a 5 de novembro de 2021

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OS DESAFIOS PARA
PRÓXIMA DÉCADA: DIAGNÓSTICOS, PROPOSTAS E
ANÁLISES**

VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública (VIII EBAP)

Retificações do Edital

- 1. Inclusão dos GTs de no. 14 -20**
- 2. Inclusão da letra “b” no item 4 (endereço para submissão)**
- 3. Inclusão da letra “g” no item 4 (número de autores – até 05; número de trabalhos a serem apresentados como autores e co-autores – até 03 trabalhos)**
- 4. Ampliação do prazo para submissão de artigos e relatos técnicos (item 3) e alteração nas datas do calendário (item 3) e correções subsequentes.**
- 5. Mudança no título do GT 12**

VIII ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OS DESAFIOS PARA PRÓXIMA DÉCADA:
DIAGNÓSTICOS, PROPOSTAS E ANÁLISES**

VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública (VIII EBAP)

EDITAL RETIFICADO

Tema: Administração Pública e os Desafios para próxima década: diagnósticos, propostas e análises

O ano de 2020 será lembrado por muitos motivos diferentes. Pandemia, medidas restritivas, isolamento, impasses para o desenvolvimento econômico e, certamente, imensos desafios que se colocaram na pauta dos estudos sobre Administração Pública.

Considerando esse contexto, o VIII EBAP buscará no conjunto de suas discussões apontar aspectos que auxiliem a pesquisadores, estudiosos e técnicos e praticantes (*practitioners*) a pensarem que cenário se coloca para próxima década. O evento será realizado nos dias 03 a 05 de novembro de 2021, na cidade de Brasília, em modalidade virtual.

O evento manterá sua estrutura composta por Conferência, Mesas Redondas e Grupos de Trabalho. A inovação deste ano é que faremos uma chamada para a organização de novos GT que queiram se estruturar no evento deste ano. Além disso, todos Grupos de Trabalho poderão receber dois tipos de trabalhos: a) artigos científicos; e b) relatos técnicos. Busca-se ampliar a integração entre estudos na área de Administração Pública e prática relacionadas ao cotidiano da gestão.

Sob essa perspectiva, esta chamada apresenta os requisitos para a admissão de novos Grupos de Trabalho, aponta os já existentes e oferece o cronograma dos prazos do evento, bem como as diretrizes básicas para submissão. A saber:

1. NOVOS GTs

Os Grupos de Trabalho constituem espaços para apresentação e debate de trabalhos em forma de artigos e relatos técnicos, com temas específicos relacionados aos temas que perpassam o universo da Administração Pública.

No ano de 2020 o encontro contou com 13 Grupos que proporcionaram diferentes abordagens e perspectivas que perpassam a Administração Pública. Para o VIII EBAP 2021, a ideia da organização é fazer uma chamada para constituição de novos GTs, seguindo as seguintes diretrizes:

- a) Poderão ser compostos por no mínimo dois e no máximo três coordenadores, sendo que, pelo menos dois deles, com titulação de doutorado e devendo ser apresentada uma breve ementa com objetivos e escopo dos trabalhos que o novo GT aceitará.
- b) Recomenda-se que as propostas que apresentem diversidade institucional (acadêmicos e práticos), de gênero e étnicoracial na sua composição.
- c) As propostas de GTs deverão especificar as temáticas, abordagens teórico-metodológicas, debates prioritários e questões específicas a serem debatidas, evitando-se descrições amplas e generalistas.
- d) Serão aprovadas até 08 propostas para novos GTs no para o VIII EBAP.
- e) Dentre os critérios para análise, o Comitê Científico observará a relação da temática proposta com o tema do VIII EBAP.

1.1 Envio de propostas para GTs:

- a) As propostas para novos GTs devem ser cadastradas no site <https://www.idp.edu.br/ebap2021/> entre 15/04/2021 e 28/04/2021, contendo:
 - Título do Grupo de Trabalho (máximo 200 caracteres com espaço) em português e inglês
 - CPF dos coordenadores, conforme solicitação do cadastro
 - Resumo, entre 300 e 1000 caracteres (com espaço), com breve descrição do seu objetivo (em português e inglês)
 - Palavras-chave: de 03 a 05 palavras-chave
- b) Caberá ao Comitê Executivo do VIII EBAP avaliar e aprovar os novos Grupos de Trabalho (GTs) que comporão a programação do evento.
- c) O prazo limite para divulgação dos novos GTs aprovados é 30/04/2021.

2. GRUPOS DE TRABALHO CONSOLIDADOS

Ficam mantidos os seguintes GTs que fizeram parte da programação do VII EBAP (2020), a saber:

GT 1 Transparéncia, Governo Aberto e Governança

Prof. Dr. Marco Antônio Carvalho Teixeira (EAESP-FGV)
 Profa.Dra. Karina Furtado Rodrigues (ECEME e EBAPE/FGV)
 Prof. Dr. Josiel Valadares (UFV)

Aborda as instituições participativas formais e informais de governança democrática e os mecanismos de controle social, dentre outros; e aborda a coprodução e a cooperação pública em rede (pela criação dos consórcios intermunicipais e cooperação inter-federativa) para a prestação de serviços públicos.

GT 2 Análise de Políticas Públicas

Prof. Dr. Eduardo Grin (EAESP-FGV)
 Profa. Dra. Michelle Vieira Fernandez (IPOL/UnB)
 Prof. Dr. Pedro Cavalcante (IPEA)

O Grupo de Trabalho discute temas, teorias e modelos de políticas públicas com objetivo de fomentar e expandir o diálogo acadêmico aplicado, com abordagens diversificadas, tanto teóricas quanto metodológicas, acerca da temática. O GT está aberto a modelos analíticos e normativos de políticas públicas aplicados aos estudos sobre: agenda-setting, processo decisório, formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas e de programas governamentais. Além disso, buscamos usar novas abordagens em gestão de políticas públicas: políticas públicas e arranjos institucionais, governança, análise de redes, intersetorialidade, difusão de políticas, políticas públicas informada por evidências, capacidades estatais e instrumentos de políticas públicas, dentre outras."

GT 3 Gestão de Organizações Públicas

Prof. Dr. Vicente da Rocha Soares Ferreira (UFG)
 Prof. Dr. João Passador (USP-RP)

Aborda estudos que envolvam as funções organizacionais e os processos do ciclo administrativo: planejamento estratégico, organização, direção, execução e controle no âmbito intraorganizacional.

GT 4 Planejamento Público, Gestão Social e Desenvolvimento Territorial

Prof. Dra. Júnia Fátima do Carmo Guerra (UEMG)
 Prof. Dr. Armindo dos Santos de Sousa Teodósio (PUC-MG)
 Prof. Dr. Mário Vasconcellos (UNAMA)

VIII ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OS DESAFIOS PARA PRÓXIMA DÉCADA:
 DIAGNÓSTICOS, PROPOSTAS E ANÁLISES**

A partir de uma perspectiva dialógica o GT 4 “Ação Pública, Gestão Social e Desenvolvimento Territorial Sustentável” objetiva explorar estudos que abordem as concepções teóricas e metodológicas sobre a ação pública, a gestão social e o desenvolvimento territorial sustentável. Para tanto, e considerando a relevância de integração no tema proposto, espera-se receber propostas de artigos que: contemplem as Políticas, programas e projetos de atores estatais e não estatais e suas implicações para povos tradicionais e populações locais, sobretudo vulneráveis, estigmatizadas, excluídas e subalternizadas. Abordagens: da Gestão Social na análise de políticas, programas, projetos e ações públicas para o desenvolvimento territorial e conservação ambiental. Poder: Local, Território, Desenvolvimento Local, Sustentabilidade, Pós-Desenvolvimento e Bem Viver. Serão aceitos artigos de diferentes matrizes teóricas, abordagens metodológicas e recortes territoriais (municípios, cidades, unidades de conservação, áreas protegidas, bacias hidrográficas, dentre outras), sendo a montagem de sessões orientada para o debate entre contraditórios.

GT 5 Contabilidade, Finanças e Orçamento no Setor Público

Profa. Dra. Ana Rita Sacramento (UFBA)

Prof. Dr. Flávio Fontanelli (SEF-MG)

Prof. Dr. Robson Zuccolotto (UFES)

Aborda questões teóricas e aplicadas relacionadas à Contabilidade, Finanças e Orçamento no Setor Público com o objetivo de fomentar e expandir o diálogo acadêmico aplicado de abordagens diversificadas, tanto teóricas quanto metodológicas em temas relacionados: ao financiamento da atividade estatal e a aplicação desses recursos pelo Estado (despesa/investimentos); ao processo de planejamento e execução orçamentária, estudo comparados de modelos orçamentários e controles; a questões e temas relativos aos modelos e práticas contábeis adotadas no Brasil e no mundo e sua relevância para os regimes democráticos; ao impacto de programas de modernização tributária/administrativa na gestão pública; e, as instituições de controles democráticos sobre a administração pública, seja no Brasil ou em perspectiva comparada.

GT 6 Inovação e Empreendedorismo no Setor Público

Profa. Dra. Daniela Meirelles Andrade (UFLA)

Prof. Dr. Thiago Dias (UFRN)

Prof. Antônio Vagner Almeida Olavo (UFAM)

Este grupo busca disseminar e debater trabalhos no campo da Inovação e Empreendedorismo a partir dos seguintes descritores. Inovação: Laboratórios de Inovação no Setor Público, Inovações na Administração Pública (como órgãos, autarquias e fundações públicas), Inovações em empresas estatais e sua relação com desempenho

VIII ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OS DESAFIOS PARA PRÓXIMA DÉCADA:
DIAGNÓSTICOS, PROPOSTAS E ANÁLISES**

(na dimensão financeira e em outras dimensões de interesse público), Participação da administração pública em sistemas/ecossistemas locais, regionais e nacionais de inovação, Cultura e aspectos comportamentais da inovação e do empreendedorismo em organizações públicas. Empreendedorismo: Empreendedorismo Público, Ações Empreendedoras Públicas, Processo empreendedor público, Contexto e Oportunidade no setor público. Empreendedor Político, Empreendedor Institucional no Setor Público, Empreendedor de Políticas Públicas, Intraempreendedorismo em Organizações Públicas. Inovação e Empreendedorismo: Práticas de Gestão de Pessoas Empreendedoras e/ou Ambientes de Inovação, Gestão e Políticas Públicas de Inovação, Empreendedorismo e de Micro e Pequenas Empresas, Incentivos, Barreiras e Impactos da Inovação e do Empreendedorismo no Setor Público.

GT 7 Educação, Formação e Competências em Administração Pública

Prof. Dr. Sandro Trescastro Bergue (ESAP e TCE-RS)
Prof. Dr. Adagenor Lobato Ribeiro (UFPA)
Profa. Cinthia Menezes Brunetta (ENFAM)

Escolas de governo e de gestão; competências, desempenho e desenvolvimento no serviço público; educação a distância, andragogia e heutagogia nos processos educativos para o setor público; carreiras e educação profissional para o setor público; inovação e novas tecnologias no processo educacional; avaliação dos processos educacionais.

GT 8 Relações Raciais e Interseccionalidade: compreendendo experiências e contextos no marco das Políticas e Administração Pública

Profa. Dra. Tatiana Dias Silva (UnB/IPEA)
Profa. Dra. Ana Paula Antunes Martins (UnB)
Prof. Dr. Paulo Soares Pereira (PUC-Rio e AGU)

A noção de interseccionalidade tem sido difundida nos estudos acadêmicos para sublinhar a importância da utilização das categorias de gênero, raça, etnia, classe, geração e sexualidades nas análises sobre a desigualdade. A interseccionalidade caracteriza situações de desigualdade estrutural fundadas nos marcadores sociais da diferença. O conceito, tal como definido por Kimberlé Crenshaw, não designa a soma de discriminações, mas a persistência de assimetrias de poder cruzadas na geopolítica de sociedades pós-coloniais. Deste modo, o grupo de trabalho pretende receber contribuições que se destinem à compreensão do fenômeno da interseccionalidade nas políticas públicas e na administração pública, destacando: os limites das políticas públicas em promover a equidade; a persistência dos preconceitos e discriminações nos serviços públicos; o processo de formulação de políticas públicas com caráter interseccional; a atuação de

grupos políticos com foco na interseccionalidade; o processo de formação de agenda de políticas públicas interseccionais; metodologias de avaliação de políticas públicas de caráter interseccional e/ou a partir da perspectiva da interseccionalidade.

GT 9 Controle social e combate à Corrupção na Administração Pública

Profa. Dra. Suylan Midlej – PPGA/UnB

Profa. Dra Graziela Dias Oliveira – Ipol/UnB

Prof. Dr. João Mendes da Rocha Neto – MPA/PPGA e EPPGG no Ministério de Desenvolvimento Regional

O debate sobre a corrupção no Brasil perpassa toda a sua história, desde a sua formação até a atualidade. Nos últimos anos, com o crescimento do número de escândalos que ganham notoriedade midiática e impactam os resultados eleitorais e políticos, o tema da corrupção se tornou recorrente na agenda política, refletindo-se nos diversos contextos institucionais. De outro lado, instituições de controle do Estado se fortalecem e buscam combater a corrupção, fiscalizando, investigando e até mesmo exercendo o poder de sanção sobre os agentes públicos que agem contra o interesse público. A sociedade civil tem se organizado para o exercício do controle social, intensificando sua relação com as instituições de accountability do Estado brasileiro, o que pode possibilitar a diminuição ou mesmo a prevenção da corrupção. Este GT pretende apresentar e discutir pesquisas e ações que versem sobre a participação e o controle social no combate à corrupção na administração pública brasileira, bem como as mudanças e inovações nascidas de medidas implementadas com este fim.

GT 10 Administração da Justiça e Desafios de Gestão no Poder Judiciário

Profa. Dra. Luciana Silva Garcia (IDP)

Profa. Adriana Avelar (IPEA)

Profa. Dra. Olívia Pessoa (Universidade Positivo)

O Grupo de Trabalho nº 10 abre espaço para trabalhos voltados a discussões contemporâneas sobre o policy process no Poder Judiciário. Pesquisas e análises sobre práticas de gestão que envolvam as etapas de formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas no Sistema de Justiça ou que afetem o seu funcionamento constituem a área de interesse do GT. Busca-se, dentre outros temas correlatos, contribuições relativas a acesso à justiça, inovações no Poder Judiciário, iniciativas de desjudicialização, cooperação entre as instituições do sistema de justiça, o papel do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na gestão de processos e no aperfeiçoamento do desempenho dos tribunais. Também são bem vindos trabalhos que explorem a relação do Judiciário com os demais Poderes constituídos e as consequências dessa relação sobre o curso das políticas públicas em âmbito federal, estadual ou municipal.

VIII ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OS DESAFIOS PARA PRÓXIMA DÉCADA:
DIAGNÓSTICOS, PROPOSTAS E ANÁLISES**

GT 11 Federalismo, Regulação e Gestão de Políticas Sociais no Brasil.

Prof. Dr. Antônio Sérgio Araújo Fernandes (UFBA)
Prof. Dr. Pedro Lucas de Moura Palotti (IDP/IPEA)
Profa. Dra. Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo (IDP)

O Grupo de Trabalho nº 11 dedica-se à discussão dos desafios impostos aos reguladores e gestores públicos ante à multiplicidade de atores e instituições que compõem o sistema federativo brasileiro. Embora existam esforços significativos de coordenação entre os entes da federação, muitas áreas finalísticas sofrem com problemas de sobreposição ou indeterminação de competências e de disputas no campo das ideias e também de natureza político-partidária. Essa complexidade de fatores políticos e jurídicos, além das diferenças socioeconômicas regionais, criam distorções nos processos de formulação e implementação de políticas públicas, que, frequentemente, produzem resultados aquém do esperado pela sociedade. Este GT estimula a submissão de trabalhos que enfrentam essas e outras questões ligadas ao tema amplo “Federalismo”, com especial interesse nos desafios impostos à regulação estatal, em particular no âmbito das relações intergovernamentais e na gestão e coordenação de políticas sociais.

GT 12 - Estudos Históricos em Administração Pública

Prof. Dr. Frederico Lustosa da Costa (PPGAd-UFF)
Profa. Dra. Mônica Mac-Allistar (UFBA)
Prof. Dr. Victor Corrêa (Academia da Força Aérea)

O tema trata a administração pública como fato social total, estabelecendo conexões entre transformações nos planos econômico, social, político, cultural e institucional, resgatando a memória da trajetória da gestão pública e valorizando estudos comparados. Interessam estudos históricos em administração pública que tratem de: formação brasileira, particularmente do Estado e da administração pública, e de outros países, sobretudo da América Latina; história administrativa; memória da administração pública; trajetória da gestão pública; estudos comparados; história e historiografia em administração pública; estudos comparados em administração pública; fontes para a memória da administração pública; memória da administração pública brasileira; história de vida; homens de estado; administração pública na América Latina; administração para o desenvolvimento; etc. Interessa também refletir em termos epistemológicos, teóricos e metodológicos sobre estudos históricos em administração pública.

GT 13 - Gestão de Crises na Administração Pública

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior (Rede PROFIAP)
Profa. Dra. Iracema Campos Cusati (UPE)

A partir de uma perspectiva dialógica, o Grupo de Trabalho tem como objetivo explorar estudos e análises que abordem concepções teóricas, metodológicas e práticas sobre a

ação pública em contextos de graves crises e de emergências. Considera-se como gerenciamento de crises o planejamento e o processo com a perspectiva de antecipação de problemas e de mitigação dos danos. Assim, o Grupo de Trabalho pretende apresentar, estimular e discutir pesquisas que contemplam as políticas, os programas e os projetos de atores estatais e não estatais e suas implicações para ações emergenciais na Administração Pública. Serão aceitos trabalhos de diferentes matrizes teóricas e metodológicas e de diferentes recortes territoriais e temporais.

GT 14 - Participação social em tempos de crises e sua incidência na Administração Pública

Prof. Dr. Jones Nogueira Barros (PPAD/UNAMA)

Profa. Dra. Carmen Pineda Nebot (GIGAP)

Profa. Dra. Josevana de Lucena Rodrigues (UEA)

A pandemia ocasionada pelo vírus Covid-19 traz a governos de todo o mundo grandes desafios, afetando a rotina das organizações públicas e as formas de participação social, impulsionando novos repertórios de ação pública por meio da utilização de tecnologias de informação e comunicação (TICs), e em especial das mídias sociais.\r\nO Grupo de Trabalho tem como objetivo analisar antigas formas e novos repertórios de participação social, a partir de práticas e evidências de suas incidências na administração pública, contribuindo para a reflexão teórica e as práticas de gestão pública brasileira que minimizem os problemas públicos. Pretende-se agregar trabalhos que apresentem reflexões e abordem o assunto de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas que contribuam para abrir o debate sobre todas essas formas de participação social, parcerias e colaboração entre sociedade e poder público durante a crise do Covid-19 e seus impactos presentes e futuros na administração pública brasileira.

GT 15 – Capacidade administrativa e burocracia contemporânea

Prof. Dr. Alexandre de Avila Gomide (IDP);

Prof. Dr. Raphael Amorim Machado (IPEA);

Profa. Dra. Ana Karine Pereira (CDS/UnB).

O Grupo de Trabalho discute a capacidade da administração pública implementar políticas a partir das características da burocracia (ou funcionalismo civil) utilizando abordagens teóricas e metodológicas diversas. O GT está aberto a discussões que abordem modelos analíticos sobre a relação entre a burocracia estatal e a efetividade da ação pública em diferentes níveis federativos nacionais e internacionais privilegiando temas como: profissionalização da burocracia, relacionamento da burocracia com a sociedade, foco da atuação burocrática sobre o cidadão, relacionamento da burocracia com as lideranças políticas e sua relação de autonomia institucional na execução de suas funções. Estudos utilizando dados e perspectivas metodológicas quantitativas, qualitativas e comparativas sobre burocracias e seu funcionamento no Estado contemporâneo são parte

VIII ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OS DESAFIOS PARA PRÓXIMA DÉCADA:
DIAGNÓSTICOS, PROPOSTAS E ANÁLISES**

do escopo do GT, o qual busca fortalecer o uso de evidências empíricas na análise da burocracia contemporânea.

GT 16 - Impactos da pandemia por Covid-19 nas organizações públicas

Profa. Dra. Alexandra Jochims Kruel; (FaCS/GHC)

Prof. Dr. Fernando Anschau (Grupo Hospitalar Conceição);

Prof. Carlos Eduardo dos Santos Sabrito (Universidade LaSalle)

A pandemia por SARS-CoV-2 (Covid-19) afetou todo o mundo (países, organizações, famílias, pessoas), em diferentes esferas: materiais, financeiras, comportamentais, de saúde, ambientais, mercadológicas, tecnológicas, jurídicas, etc. Na esfera pública, as organizações precisaram se adequar para prevenir e enfrentar a pandemia e suas consequências. Assim, se por um lado veio o temor pelas rupturas e reflexos que a pandemia traria (e efetivamente trouxe, para muitos), por outro, emergiram formas de reinvenção e de inovação nas organizações. Este GT busca tratar sobre os efeitos da pandemia Covid-19 sobre as organizações públicas, para além do campo da saúde; ações desenvolvidas, resultados, aprendizados e legados. Espera-se contribuições sobre gestão de contingências; gestão de crises; incidentes críticos; aspectos éticos, morais e comportamentais; legados pós crise; resiliência; trabalhos comparativos e históricos, e outros enfoques que se relacionem diretamente com este contexto.

GT 17 - Práticas e estratégias de gestão ambiental, social e de governança no âmbito da Administração Pública

Prof. Dr. José Carlos de Jesus Lopes (PROFIAP/UFMS)

Prof. Dr. Geraldino Carneiro de Araújo (PROFIAP/UFMS)

Como contexto destacamos: 1) a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs em 2015 os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são 17 objetivos e 169 metas envolvendo governos, setor privado e todos cidadãos em uma jornada coletiva para um 2030 sustentável; 2) o triple bottom line, que é ancorado nos pilares ambiental, social e econômico, passou recentemente por discussões que envolvem o conceito de ESG (environmental, social and governance), em que a dimensão econômica, agora governança, passa a envolver também os temas de ética, compliance e transparência e a dimensão social, passa a ter mais visibilidade. Mediante a esse contexto surgem algumas questões-chave: Quais são as ações da Administração Pública para o desenvolvimento e fortalecimento dos ODS e das metas estabelecidas? Como e quais estratégias as organizações públicas podem desenvolver ações envolvendo o ESG para serem mais éticas, transparentes, íntegras e responsáveis, com respeito às pessoas e ao meio ambiente?

GT 18 - Sociologia, Teoria social e Estudos Organizacionais na Administração Pública

VIII ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OS DESAFIOS PARA PRÓXIMA DÉCADA:
DIAGNÓSTICOS, PROPOSTAS E ANÁLISES**

Prof. Dr. Antonio Carlos Andrade Ribeiro (Rede PROFIAF)

Prof. Dr. André Luís Ribeiro Lacerda (UFMT)

Profa. Karina Maria Abreu Cursino (UESPI)

Trabalhos de Burrell e Morgan (1979), Morgan (1980, 1986, 2011) e Burrell (2012) divulgam a importância das teorias sociológicas para análise organizacional. Todavia, os debates tem gravitado em torno de organizações privadas, deixando as organizações públicas em segundo plano. Este GT tem como objetivo discutir as contribuições da sociologia para análise de desafios contemporâneos postos às organizações públicas e aos seus gestores. Pretende-se que o conjunto de artigos selecionados mostrem como a diversidade de vozes da teoria social pode fazer avançar a agenda de pesquisa sobre temas de interesse da Administração Pública. Assim, os trabalhos devem propor debates críticos sobre teorias sociológicas tradicionais ou novas abordagens teóricas, bem como o diálogo entre teorias rivais, a fim de gerar novos insights para as pesquisas empíricas no Campo de Públicas. É desejável que as análises das teorias destaqueem desafios contemporâneos da gestão e organizações públicas.

GT 19 – Estado, Governança Global e Administração Pública

Prof. Dr. Rômulo Carvalho Cristaldo (Rede PROFIAF)

Prof. Dr. Thiago Chagas Silva Santos (IFBA)

Prof. Dr. Paulo Éverton Mota Simões (UFAL)

A proposta desse Grupo de Trabalho é oferecer um espaço de debate para pesquisadores cujos interesses se localizam nas interfaces, diálogos e convergências entre a Administração Pública e os estudos internacionais. Parte-se da premissa de que, no plano global, vicejam fenômenos e processos que interferem na administração pública, em políticas públicas, percepção de sustentabilidade, a gestão para o desenvolvimento, entre outros. Percebe-se cada vez mais que os padrões e as dinâmicas da gestão do Estado se encontram em diálogo com, ou surgem como extensões e/ou reações em relação a, processos transfronteiriços, supranacionais e globais. Assim, pretende-se concentrar trabalhos que abordem temas como (i) organizações supra, inter ou multinacionais, (ii) cooperação internacional para o desenvolvimento e políticas públicas, (iii) governança global, (iv) internacionalização e sistema-mundo capitalista, (v) cadeias produtivas globais, (viii) geopolítica da empresa, entre outros.

GT 20 - Governança, riscos e integridade na administração pública

Prof. Dr. António João Maia. Universidade de Lisboa (ULisboa)

Prof. Dr. Clóvis Alberto Vieira de Melo. Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Prof. Dr. James Batista Vieira. Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

VIII ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OS DESAFIOS PARA PRÓXIMA DÉCADA:
DIAGNÓSTICOS, PROPOSTAS E ANÁLISES**

O GT discute artigos e relatos técnicos que tratam dos mecanismos de governança das organizações públicas. O grupo tem caráter multidisciplinar e admite abordagens da Administração, do Direito, da Economia e da Ciência Política. O GT está aberto a debates sobre as práticas de governança corporativa que visam gerar valor, promover a transparência, a *accountability* e a integridade. São objeto de análise: os programas de gestão de riscos, os programas de integridade, a ética e a integridade na gestão pública, os sistemas de auditoria e controle, além de outras práticas de governança corporativa, marcos legais (nacionais e internacionais) e experiências locais, nacionais e internacionais. Abarca análises sobre o Decreto da Governança Pública (Decreto nº 9.203/17), a Lei das Estatais (Lei nº 13.303/16), a Lei da Eficiência Pública (nº 14.129/21), a nova Lei das Licitações (Lei nº 14.133/21) e marcos normativos, como as recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção de Portugal.

3. CALENDÁRIO

Fica estabelecido o seguinte cronograma para o VIII EBAP:

15 de abril de 2021 - Divulgação do Edital do VIII EBAP.

15 a 28 de abril de 2021 - Recebimento de propostas para novos GTs.

30 de abril de 2021 - Divulgação dos novos GTs.

03 de maio a 18 de julho - Período para submissão de trabalhos e relatos técnicos para os GTs . Abertura de inscrições para o evento.

19 de julho a 15 de agosto - Prazo para avaliação dos trabalhos.

16 de agosto - Divulgação dos trabalhos aprovados.

20 de setembro - Divulgação da programação completa.

20 de outubro - Finalização das inscrições.

03 a 05 de novembro - Realização do VIII EBAP.

4. DIRETRIZES BÁSICAS PARA SUBMISSÃO

- a) Serão aceitos dois tipos de submissões: artigos científicos e relatos técnicos. As duas modalidades encontram-se descritas com detalhes nos anexos desta chamada e podem ser feitas em qualquer dos GT que fizerem parte do evento
- b) As propostas devem ser submetidas pelo site:
<https://www.idp.edu.br/ebap2021/>

VIII ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OS DESAFIOS PARA PRÓXIMA DÉCADA:
DIAGNÓSTICOS, PROPOSTAS E ANÁLISES**

- c) Os proponentes deverão enviar textos completos, em formato PDF, conforme as regras de formatação das modalidades (artigos e relatos técnicos) nos anexos desta Chamada.
- d) O período de submissão é de 03 de maio a 18 de julho, e o prazo de divulgação dos trabalhos aceitos é 16 de agosto de 2021.
- e) Para que os trabalhos completos sejam publicados nos Anais é necessário que pelo menos um dos autores esteja inscrito no evento e tenha efetivado o pagamento da inscrição até o dia 20 de outubro de 2021.
- f) Serão aceitos trabalhos escritos em português, inglês ou espanhol, de acordo com as seguintes especificações para cada uma das modalidades admitidas para submissão (artigos e relatos técnicos).
- g) Serão aceitos até cinco autores por trabalhos (artigos e relatos técnicos) e na condição de autor ou co-autor cada proponente poderá apresentar até três trabalhos.

4.1 - Declaração de Direito Autoral: Autores que submetem a esta conferência concordam com os seguintes termos: a) Autores mantém os direitos autorais sobre o trabalho, permitindo à conferência colocá-lo sob uma licença Licença *Creative Commons Attribution*, que permite livremente a outros acessar, usar e compartilhar o trabalho com o crédito de autoria e apresentação inicial nesta conferência. b) Autores podem abrir mão dos termos da licença *Creative Commons Attribution* e definir contratos adicionais para a distribuição não exclusiva e subsequente publicação deste trabalho (ex.: publicar uma versão atualizada em um periódico, disponibilizar em repositório institucional, ou publicá-lo em livro), com o crédito de autoria e apresentação inicial nesta conferência. c) Além disso, autores são incentivados a publicar e compartilhar seus trabalhos online (ex.: em repositório institucional ou em sua página pessoal) a qualquer momento antes e depois da conferência.

5 AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS

Cada GT possui avaliadores que realizarão o parecer entre os dias 19 de julho a 16 de agosto de 2021. Os avaliadores não terão informações sobre autoria dos trabalhos e utilizarão um formulário de avaliação próprio. A avaliação é cega por pares (*double blind review*). No dia 02 de agosto será divulgada a relação dos trabalhos aprovados.

Os artigos científicos serão avaliados conforme os seguintes critérios:

- a) **RELEVÂNCIA DO ARTIGO** - Contribui para o conhecimento na área de Administração Pública. Apresenta novidade ou relevância científica (tema, teoria, método, resultado). O objetivo do estudo está exposto com clareza.

VIII ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OS DESAFIOS PARA PRÓXIMA DÉCADA:
DIAGNÓSTICOS, PROPOSTAS E ANÁLISES**

- b) REFERÊNCIAS TEÓRICAS - Refletem o estado da arte sobre o objeto da investigação. Suportam o conhecimento científico no âmbito do artigo. Guardam relação lógica com os resultados do artigo. São aderentes às conclusões.
- c) MÉTODO - Está claramente definido e consistente com o(s) objetivo(s) do artigo.
 - Coadunam com as referências teóricas utilizadas. Está bem exposto e devidamente utilizado, considerando os resultados obtidos.
- d) ANÁLISES - São apresentadas de forma clara e objetiva. A interpretação dos resultados está correta, ou quando em ensaio teórico, há uma articulação profícua entre as teorias trabalhadas. Adicionam conhecimento novo ou relevante à temática em investigação.
- e) CONCLUSÃO - Está fundamentada coerentemente no referencial teórico. Estão baseadas nos resultados encontrados, ou quando em ensaio teórico, nas teorias abordadas. Está exposta de forma clara e objetiva.

O parecer do avaliador(a) deverá indicar o resultado da avaliação e apontar sugestões de melhoria.

Para avaliação dos relatos técnicos será formada uma equipe de avaliadores transversal aos GTs composta por especialistas em avaliação de trabalhos práticos e aplicados. Os relatos técnicos serão avaliados conforme os seguintes critérios:

- a) RELEVÂNCIA DO TRABALHO TÉCNICO - Contribui para a prática da gestão pública ou das políticas públicas. - Apresenta relevância ou novidade prática (diagnóstico, análises, soluções, recomendações, aprendizados).
- b) DELIMITAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA - O problema prático (de gestão ou de política pública) está exposto com clareza. Contextualiza a situação problema historicamente ou com relação a outros casos similares. Traz relação da teoria com a prática de gestão de maneira lógica e proveitosa.
- c) RELATO DA EXPERIÊNCIA/INTERVENÇÃO/ANÁLISES - Apresenta o objetivo da política/programa/ação/intervenção. São apresentados os componentes da política/programa/ação/intervenção de forma clara e objetiva. Apresenta interpretação dos resultados de maneira correta e imparcial, evitando adjetivações ou otimismos exagerados com sua própria experiência. Adicionam conhecimento novo ou relevante à prática da gestão.
- d) RECOMENDAÇÕES – Apresenta um fechamento conclusivo coerente com o corpo do relato técnico. Traz orientações práticas para casos similares ou recomendações para tomadores de decisão. Aponta ajustes necessários para a

própria prática ou orientações do "o que fazer" e do "como fazer" adaptações de políticas/programas/ações/intervenções em outros contextos.

O parecer do avaliador(a) deverá indicar o resultado da avaliação e apontar sugestões de melhoria.

6 INSCRIÇÕES

As inscrições estarão abertas entre os dias 03 de maio de 2021 e 20 de outubro de 2021. Os valores seguem as informações da tabela abaixo:

Associados que optaram pelo benefício especial durante o EBAP 2020 (veja a lista aqui)	Professores, práticos, pesquisadores	Estudantes pós-graduandos	Estudantes de graduação
R\$ 100,00	R\$ 200,00	R\$ 120,00	R\$ 90,00

O pagamento da inscrição por professor, pesquisador e aluno de pós-graduação para o EBAP 2021 e inclui a anuidade de 2021. O pagamento poderá ser realizado por PIX ou Transferência Bancária. Caso o interessado opte pelo PIX. Caso o interessado opte pelo PIX, informe a chave 21.876.204/0001-60 (CNPJ) e, no campo comentário/descrição, preencha "EBAP 2021 - [Seu Nome] - [CPF]". Caso opte pela transferência, a conta de destino é no Banco do Brasil (001), Agência 0428-6, Conta Corrente 89.736-1, CNPJ 21.876.204/0001-60, em nome da "Associação Brasileira de Administração Pública (SBAP)", sendo aconselhado que a transferência seja originada da conta bancária do interessado, para facilitar a confirmação. Recomenda-se que o interessado guarde o comprovante do PIX ou Transferência Bancária no formato jpg, png ou pdf, pois será necessário fazer o upload do comprovante em um destes formatos para preenchimento do formulário de inscrição.

7 APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

A apresentação do trabalho deverá ser realizada necessariamente por um ou mais dos autores do artigo inscrito no VIII EBAP, na Plataforma virtual do evento. O tempo de

apresentação será de aproximadamente 15 minutos para cada trabalho. A organização do evento não disponibiliza template para slide.

8 PREMIAÇÕES

O VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública premiará os melhores trabalhos acadêmicos submetidos ao evento. Para tanto, serão consideradas as seguintes categorias de prêmios:

- Melhor artigo por Grupo de Trabalho (GT): artigo selecionado pela coordenação dos Grupos de Trabalho, entre os melhores de cada GT.
- Melhor relato técnico por Grupo de Trabalho (GT): relato técnico selecionado pela Comissão de avaliação de relatos técnicos, entre os melhores de cada GT.
- Melhor artigo e melhor relato técnico do VIII Encontro Nacional de Administração Pública: trabalhos selecionados pelo Comitê Científico, entre os premiados como os melhores artigos científicos e relatos técnicos de cada GT. Além dos trabalhos, o VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública, homenageará um acadêmico e um profissional com relevantes serviços prestados à área de Administração pública no Brasil.

9 PUBLICAÇÃO EM ANAIS

O VIII Encontro Brasileiro de Administração Pública publicará digitalmente, nos anais do evento, todos os artigos e relatos técnicos aprovados e apresentados nos Grupos de Trabalho. Os anais do evento serão distribuídos sob licença *Creative Commons* e serão identificados por meio de registro no ISSN: 2594-5688.

10 CERTIFICADOS

A organização do evento disponibilizará em até 7 dias após o encerramento do evento os certificados digitais de apresentação de trabalhos, participação no evento, avaliação de artigos, entre outros certificados para as atividades que compõem o VIII EBAP. O canal de atendimento é pelo e-mail evento@sbap.org.br ou secretaria@sbap.org.br. Mantenha-se informado pelo site: <https://www.idp.edu.br/ebap2021/>

APÊNDICE A – Template para Artigo

Título do trabalho (escreva aqui o título do trabalho)**Resumo:**

O texto deve ter entre dez e doze linhas, escrito em fonte Times New Roman, tamanho 10 e com entrelinhas simples. O resumo deve ter uma extensão mínima de 100 e máxima de 150 palavras. No texto, é necessário explicitar o objeto de estudo, objetivos, metodologia e os principais resultados da pesquisa. Palavras-chave: entre três e cinco palavras separadas por ponto.

Introdução :

O corpo do trabalho deve ser escrito em fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1,5. Extensão máxima de 15 páginas, incluindo quadros, gráficos e imagens. O artigo necessita estar organizado em diferentes partes com ao menos uma introdução, uma ou duas partes destinadas à discussão de ideias ou do objeto de estudo, métodos, descrição e discussão dos resultados, conclusões e referências. Na introdução, é essencial a apresentação do objeto de estudo, dos objetivos, da metodologia aplicada (se cabível) no caso de pesquisa empírica ou as obras de referência utilizadas no caso de trabalho teórico.

Parte 1. Título

O corpo do trabalho deve ter ao menos uma parte destinada à discussão do problema de pesquisa, das descobertas da investigação ou das ideias apresentadas. As citações seguem o formato ABNT e de até três linhas devem ser incluídas no corpo do texto entre aspas. Para as citações com mais de três linhas, o texto necessita ser escrito em tamanho 10, com entrelinhas simples e alinhado à direita como segue:

La agudización de conflictos fronterizos y migratorios en los años recientes pone en evidencia los dilemas culturales irresueltos; por ejemplo, la integración multiétnica, la coexistencia de nuevos migrantes con residentes antiguos, y el reconocimiento pleno de los derechos de las minorías y de las regiones dentro de cada país. (GARCÍA CANCLINI, 1997, p. 46). 12

Parte 2. Título

Cabe a cada autor definir a forma de organização do trabalho, porém, é importante que se respeite a estrutura de artigos científicos. Tabelas e gráficos devem ser incluídos no corpo do trabalho e numerados. As notas de pé de página devem ser evitadas para mencionar referências bibliográficas e quando necessárias devem ser escritas em tamanho 10, com entrelinhas simples. Recomenda-se que as citações em línguas estrangeiras no corpo do trabalho que não estejam em português devem ser traduzidas para o português em notas de pé de página.

Conclusões

Nas conclusões, é essencial que o autor apresenta os principais resultados da pesquisa e identifique aspectos que são fundamentais para o desenvolvimento da temática em estudos futuros. Importante destacar as contribuições e avanços para a área temática do grupo de trabalho e/ou de forma mais ampla para a Administração Pública, relacionando com o seu potencial público-alvo.

VIII ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OS DESAFIOS PARA PRÓXIMA DÉCADA:
DIAGNÓSTICOS, PROPOSTAS E ANÁLISES**

Agradecimentos

Item opcional, para agradecimentos institucionais, especialmente, para agências de fomento e financiamento aos trabalhos científicos e técnicos.

Referências: Normas ABNT

APÊNDICE B – Template para Relato Técnico

Título do relato técnico (escreva aqui o título do trabalho)

Resumo:

O texto deve ter entre dez e doze linhas, escrito em fonte Times New Roman, tamanho 10 e com entrelinhas simples. O resumo deve ter uma extensão mínima de 100 e máxima de 150 palavras. No texto, é necessário explicitar o problema público, o objetivo da política/programa/ação/intervenção, os resultados da experiência/formulação/implementação e as principais recomendações práticas. Palavras-chave: entre três e cinco palavras separadas por ponto.

Orientações gerais de conteúdo do Relato Técnico:

Relato Técnico é um formato de comunicação escrita que tem por objetivo facilitar o diálogo técnico-científico entre *práticos* e acadêmicos que atuam na área de Administração Pública. O Relato Técnico é formato adequado para aqueles que querem comunicar uma experiência de mudança organizacional, processo decisório, avaliação ou análise prescritiva de política pública, proposta de intervenção governamental ou um caso de governança de atores na esfera pública. O Relato Técnico deve gerar aprendizado para a melhoria prática da Administração Pública, suas políticas, instituições e a governança pública. O relato técnico necessita estar organizado em algumas seções:

Introdução: contexto e antecedentes político-administrativos, diagnóstico do problema público, objetivo da política/programa/ação/intervenção;

Corpo do trabalho: relato da experiência ou construção do processo decisório ou estruturação da proposta de política/programa/ação/intervenção ou resultados de processo avaliativo, metodologia adotada para implementação/avaliação, fatores críticos de sucesso ou insucesso, aprendizados, recursos financeiros-orçamentários, aspectos políticos, aspectos técnicos, aspectos administrativos, aspectos jurídicos

Recomendações: orientações práticas para casos similares, recomendações para tomador de decisão, ajustes necessários, orientações para a adaptação de políticas/programas/ações/intervenções em outros contextos, etc.;

Referências: lista de documentos, relatórios, regulamentações, bibliografia e demais referências que foram citadas no Relato Técnico. Utiliza-se nomenclatura ABNT.

Outras seções do relato técnico podem ser criadas, conforme necessidade. Os títulos das seções devem ser personalizados para retratar sinteticamente o seu conteúdo.

- Fonte: Times New Roman • Tamanho: 12
- Espaçamento entre linhas: 1,5 ponto.
- Número total de páginas: 10 (máximo), incluindo texto, quadros, gráficos e referências.
- 15
- As citações seguem o formato ABNT e de até três linhas devem ser incluídas no corpo do texto entre aspas. Para as citações com mais de três linhas, o texto necessita ser escrito em tamanho 10, com entrelinhas simples e alinhado à direita como segue:

La agudización de conflictos fronterizos y migratorios en los años recientes pone en evidencia los dilemas culturales irresueltos; por ejemplo, la integración multiétnica, la coexistencia de nuevos migrantes con residentes antiguos, y el reconocimiento pleno de los derechos de las minorías y de las regiones dentro de cada país. (GARCÍA CANCLINI, 1997, p. 46).

- Tabelas e gráficos devem ser incluídos no corpo do trabalho e numerados. As notas de pé de página devem ser evitadas para mencionar referências bibliográficas e quando necessárias devem ser escritas em tamanho 10, com entrelinhas simples.
- Recomenda-se que as citações em línguas estrangeiras no corpo do trabalho que não estejam em português devem ser traduzidas para o português em notas de pé de página.